

A travessia do rio: construção de fronteiras entre Tupi-Guarani e Jê-Timbira

Crossing the river: the construction of boundaries between Tupi-Guarani and Jê-Timbira

Maria Helena Barata¹

Resumo: Este artigo é uma reflexão sobre os aspectos mais simbólicos da definição e apropriação do território pelos índios Tenetehara (Tupi-Guarani) e Pükob'gateyê (Jê-Timbira) que habitam o sul do estado do Maranhão. Ainda que vizinhos, o primeiro povo habita área de floresta e o segundo tem o cerrado como *habitat* preferencial, definindo relações de interdependência socioeconômicas. O rio Buriticupu, a separar os dois territórios, apresenta-se não só como delimitador natural de fronteiras espaciais, mas, sobretudo, como demarcador étnico, portanto, marco sociosimbólico.

Palavras-chave: Tupi-Guarani. Jê-Timbira. Pükob. Tenetehara. Apropriação territorial.

Abstract: This article reflects about the symbolic aspects of defining and appropriating a territory by the Tenetehara (Tupi-Guarani) and Pükob'gateyê (Jê-Timbira) Indians residing in the southern portion of the state of Maranhão, Brazil. Although these peoples are neighbors, the Tenetehara occupy a forested area, while the Pükob'gateyê live in the cerrado region, their preferred area. As such, both groups have established a relation of socio-economic interdependence between one another. The Buriticupu river, which separates the two groups, serves as a natural boundary but, above all, comprises an ethnic divider and, thus, acts as a socio-symbolic marker.

Key words: Tupi-Guarani. Jê-Timbira. Pükob. Tenetehara. Territoriality appropriation.

¹ MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi, Pesquisadora, Doutora em Antropologia (mhbarata@museu-goeldi.br).



INTRODUÇÃO

O objetivo, neste trabalho, é refletir sobre os aspectos mais simbólicos da definição e apropriação dos territórios pelos índios Tenetehara (Tupi-Guarani), que habitam a Terra Indígena (T. I.) Araribóia em área de floresta no município de Amarante do Maranhão, e pelos índios Pükob'gateyê² (Jê-Timbira), habitantes da T. I. Governador, no mesmo município. São, portanto, povos vizinhos, culturalmente distintos, mas que representam o rio Buriticupu como o grande marco de suas fronteiras naturais e étnicas. Porém, no processo de demarcação territorial levado a efeito pelo estado brasileiro, o rio deixou de ser, para efeitos legais, configurado como limite territorial entre os dois povos. Apesar disso, continua, simbolicamente, a representar o papel a ele conferido, tal como expresso nos mitos de criação de um povo pelo outro. Sua travessia implica, portanto, acesso ao território de uns e de outros e isto requer, necessariamente, um conjunto de negociações que, muitas vezes, tomam quase que a feição de ritos formalmente institucionalizados, como poderá ser visto em outro trabalho, em fase de elaboração, específico sobre a questão do acesso à terra.

É evidente, e não se pode perder de vista, que a disputa e acesso à terra, seja por índios e brancos, ou mesmo entre povos indígenas, em tempos atuais, não deixa de se inscrever, ainda que de maneira particular, no quadro maior do que se chama “*problema fundiário brasileiro*”, problema que historicamente tem como característica o conflito, desde o Brasil colônia. Entretanto, há de se considerar as diferenças radicais que envolvem os conflitos entre índios e brancos e as questões de

disputas relativas à definição e apropriação territorial que, eventualmente, ocorrem entre povos indígenas vizinhos. Contudo, de acordo com o objetivo desse trabalho, momentaneamente será deixada entre parênteses a questão relativa ao confronto entre índios e brancos que, evidentemente, engloba todas relações no sistema pluriétnico tratado³, para centrar o olhar no processo interativo “intertribal”.

A CONSTRUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES INDÍGENAS

O encontro entre povos distintos, indígenas ou não, inaugura um novo *campo semântico* definido pelo reconhecimento das alteridades dialeticamente construídas e se constitui, para usar os termos de Ricoeur, num “acontecimento fundador” que pode ser sempre retomado e reatualizado através de “uma interpretação que o modela retroativamente” (RICOEUR, 1983, p. 68). Nessa perspectiva, parece que o caminho metodológico mais apropriado para o exame da lógica da definição territorial pelos índios Pükob e Tenetehara seria o de percorrer as veredas da etno-história, ou melhor, da historicidade (BARATA, 1999), posto que se busca, através do sentido expresso nas narrativas indígenas, fazer aflorar os significados, as representações que desvelariam o processo de construção das identidades e articulações étnicas e do processo de comunicação, sobretudo política, desenvolvido por e entre esses povos a partir de suas próprias óticas⁴ ou de suas cosmovisões.

Nesse sentido, as narrativas míticas constituem-se em fonte privilegiada, porque reveladoras da consciência social que eles têm do *ser* e *estar* no

² Os Pükob formam hoje um amálgama de vários povos Timbira extintos como grupos organizados.

³ Sobre a questão da terra entre índios e brancos no Maranhão (COELHO, 2002).

⁴ Parte-se do pressuposto teórico de que as identidades e articulações étnicas constroem-se nos domínios dos campos político e simbólico simbioticamente elaborados.



mundo interétnico (RAMOS, 1988). Desse modo, os mitos que serão resumidos, recentes ou atualizados, como se verá, expõem, quase de forma translúcida, o entretecimento mito/história, a demonstrar a intersubjetividade do diálogo estabelecido entre os dois povos, de modo a assegurar-lhes o entendimento, a explicação e a justificativa (ideologia) para o encontro étnico, além de firmar a posição de cada povo no sistema social compartilhado. Em outras palavras, seria possível dizer que através desses mitos específicos os Pükob e Tenetehara procuram relativizar o mundo, por eles etnocentricamente construído, concedendo espaço para a existência do OUTRO.

E os Tenetehara criaram os Timbira

Um dia os Tenetehara estavam caçando paca e para melhor alcançarem seus objetivos atearam fogo no buraco onde o animal se escondia. De repente, foram surpreendidos, pois do tal buraco saíra um velho asfixiando-se com a fumaça. Como o velho era bastante diferente fisicamente e não falava seu idioma, ficaram amedrontados, mataram-no e retornaram à caça. Porém, logo a seguir foram mais uma vez surpreendidos: do mesmo buraco agora saíra um pequeno garoto. Apesar de constatarem a semelhança com o velho decidiram adotá-lo, pois tratava-se apenas de uma criança.

O garoto, depois de adulto e já casado com uma índia Tenetehara, ficou sabendo de sua origem e que haviam matado o seu avô. Indignado, o rapaz foi embora com sua família para o outro lado do rio Buriticupu, lembrou sua língua original, formou sua *nação* e voltava sempre para fazer guerra e, assim, vingá-la da morte do avô.

E os Timbira criaram os Tenetehara

Havia uma velha índia de nome Porutat que, após ter criado todas as *nações* Timbira e indicado-lhes

seus respectivos territórios, não ficou satisfeita em ver seu povo guerreando uns com os outros, pois eram todos parentes e haviam saído de uma única aldeia. Desse modo, para demonstrar sua insatisfação, resolveu criar um outro povo com aquelas pessoas que ainda haviam ficado na antiga aldeia: a aldeia Velha. Assim, criou um povo completamente diferente, com outro corpo, outra língua, outro *jeitinho de viver* e os mandou para o outro lado do rio Buriticupu.

"Porutat queria acabar com a guerra, mas tudo só piorou, porque agora fazia guerra com os parentes e com os Guajos⁵".

Não pretendo, nem caberia neste espaço, penetrar nas teorias dos mitos, no entanto, é importante reter a questão da *temporalidade* mítica, segundo o prisma de Nunes (1988), que, em seu *Tempo da Narrativa*, afirma:

"O que quer que o mito narre, ele sempre conta aquilo que se produziu num tempo único que ele mesmo instaura, e no qual aquilo que uma vez aconteceu continua se reproduzindo toda vez que é narrado. Seria mais correto dizer que o mito relata um acontecimento genérico que não cessa de reproduzir-se: uma origem coletiva (...) e a repetição dessa origem num presente intemporal" (1988, p. 66-67).

O que, por outro lado, não quer dizer que os mitos permaneçam congelados no tempo; muitos são atualizados e outros criados, de modo a prover o entendimento de novos acontecimentos, sejam estes gerados pelos movimentos internos à própria sociedade ou por acontecimentos externos que a envolvem.

Os mitos não serão fragmentados em mitemas, como ensina Lévi-Strauss, posto que também não se pretende fazer uma análise estruturalista. O que importa é atentar para alguns pontos básicos, presentes em ambos, que revelam a *natureza* das relações entre eles estabelecidas, e tomá-los como

⁵ Guajo é como os Pükob referem-se, no cotidiano, aos Tenetehara/Guajajara.

referências para tentar desnovelar a trajetória do processo histórico pelo qual atravessaram e que imprimiram os significados que envolvem, entre outras coisas, a questão da definição territorial.

O primeiro ponto revelador dos mitos é que suas relações inscrevem-se como de tipo assimétrico-hierárquico⁶, seguindo a matriz dos sistemas interétnicos construída por Cardoso de Oliveira. O status desigual (superioridade Tenetehara *versus* inferioridade Timbira) é assumido pelos dois povos no mito.

Sob a ótica dos Tenetehara, os Timbira surgiram de uma camada inferior da terra quando caçavam também um animal considerado de pequena grandeza. Por outro lado, os Tenetehara foram *inventados* pelos Timbira como consequência de sua própria incapacidade de travar relações amistosas com seus *parentes*. As guerras passaram a ser vistas como atos *animalescos*, incorporando a visão que deles faziam os colonizadores (BETTENDORF, 1990); estereótipo que atravessou o tempo quase incólume. Comparativamente aos Timbira, os Tenetehara acreditam-se *pacifistas* e *civilizados* por excelência.

Contudo, a construção ideológica da superioridade Tenetehara *versus* inferioridade Timbira alicerça-se em claros critérios diferenciais de poder em favor dos primeiros, destacando-se a superioridade numérica, a maior semelhança com os civilizados, o conhecimento mágico (pajelança) e, sobretudo, o domínio sobre uma extensão territorial ainda capaz de provê-los do essencial, o que não mais ocorre com o território Pükob, que já não pode mais abastecê-los de um dos bens mais caros às sociedades Timbira: a caça.

Entretanto, isso não significa que Tenetehara e Pükob sustentem essa posição superior/inferior de uma ponta a outra do sistema interétnico. Ao contrário, muitas vezes essa posição pode ser invertida levando-se em conta o caráter altamente dinâmico dos processos políticos e sociais no qual estão insertos (BARATA, 1999).

No que diz respeito à questão da construção dos limites ou fronteiras territoriais, ao se perguntar a um índio Tenetehara *comum*⁷, da T. I. Araribóia, acerca da abrangência de seu território, de forma recorrente informam: "*Nossa terra vai de Buriticupu em riba*"⁸.

Quanto aos índios que estiveram envolvidos no processo de demarcação ou ocupam papel de liderança em suas aldeias, também não deixam, em um primeiro momento, de situar o referido rio como definidor de seu território face aos Pükob, para logo em seguida redefini-lo segundo os parâmetros demarcadores estabelecidos pelo Estado brasileiro, via Funai (Anexo 1), e que se estendem para além do Buriticupu.

Os Pükob, ao contrário dos Tenetehara, quando perguntados sobre seu território, todos, desde os muito jovens, são capazes de recitar como numa prédica:

"Nossa terra vai de Batalha, sobe cabeça acima até sangradouro de Batalha e desce Pindaré cabeça abaixo até Bacoiteiro. De Bacoiteiro corta reta e sai na corrente do Buriticupu e desce assim pro sertão, e pega a corrente Marimbondo cabeça abaixo e sobe cabeça acima."

Ao serem perguntados, também, como chegaram a essa precisão demarcatória, os interlocutores respondem ser essa terra deles desde "*os tempos*

⁶ É definida de modo a abranger os povos indígenas que mantêm entre si relações "marcadas por status diferencial, seja no passado ou no presente" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 56)

⁷ "Índio comum" é aqui definido como aquele que não está envolvido nas questões políticas mais decisivas de seu povo.

⁸ "Em riba" afirmam apontando para o lado oposto ao território Timbira, ou seja, em direção à floresta.



de bisavô". De qualquer modo, guardam indelevelmente na memória a trajetória percorrida desde, pelo menos, o século XIX e, especialmente, após 1901, quando da perseguição que sofreram após o acontecimento de Alto Alegre⁹, situando a localização das aldeias que construíram, até os dias atuais, no interior dos parâmetros territoriais acima especificados.

É de se notar, portanto, que os mitos fazem ver que os dois povos, apesar do antagonismo, construíram um espaço marcado por relações dialógicas, sobretudo de caráter ÉTICO, que se estabelecia pela observação, um tanto rígida, "de acordo intersubjetivo em torno de normas e regras – explícitas ou implícitas" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000).

Contudo, suas terras foram demarcadas, em 1977, muito aquém do território especificado e reivindicado, sobretudo, bastante aquém do rio Buriticupu e a uma distância espacial considerável da T.I. Araribóia, esta demarcada no ano seguinte. Portanto, os Pükob sofreram grande expropriação territorial, sob a alegação de que assim concordando evitariam a escalada do conflito com fazendeiros *sulistas*¹⁰, que já haviam atado fogo em uma de suas aldeias, a Rubeacea, em 1976. Diante de tantas ameaças perpetradas, inclusive pela equipe da Fundação Nacional do Índio (Funai), os Pükob acabaram por concordar com os limites impostos, cedendo às inúmeras pressões.

Atualmente, recuperados do trauma sofrido, confiantes no crescimento do movimento pan-indígena, contando com mais aliados e invocando os direitos à terra garantidos pela nova Constituição, os Pükob agora estão empenhados em reaver as terras perdidas. Resta saber, além do embate com

os brancos, que inevitavelmente se fará, como ocorrerá a negociação com os Tenetehara da Araribóia, que também ocuparam parte desse território, quando do processo demarcatório, embora já estejam dando algumas pistas ou movendo-se na direção de tornar esse processo o menos traumático possível, como será apontado no último tópico deste trabalho.

A (DES) APROPRIAÇÃO DA TERRITORIALIDADE

São múltiplas as significações conferidas à *apropriação*, porém, partindo do pressuposto de que essa é uma categoria que só se constitui *em relação*, ou seja, em uma configuração dialógica plena de significados, aqui é empregada no sentido da re-significação ou re-interpretação. Nessa perspectiva, o que se busca é refletir sobre as mudanças significativas e significantes operadas na concepção de territorialidade pelos dois povos indígenas, como consequência do processo de expropriação pelo qual foram vitimados desde os primeiros contatos com a sociedade colonizadora.

De acordo com Nimuendajú (1946), os povos Timbira constituem-se como históricos habitantes do cerrado brasileiro e predominavam sobre toda uma faixa de terra que se estendia do Piauí ao Maranhão. Os Tupi-Guarani, por seu turno, têm a floresta como *habitat* preferencial. Segundo hipóteses formuladas por Laraia (1985) e Viveiros de Castro (1986), os atuais povos Tupi-Guarani, que habitam os estados do Pará e Maranhão, seriam descendentes dos antigos Tupinambá que, em seus deslocamentos, assumiram denominações

⁹ Sobre o episódio de Alto Alegre (GOMES, 1977; BARATA, 1999; COELHO, 2002).

¹⁰ "Frente de expansão" que invadiu o território indígena após a construção da Belém-Brasília (VELHO, 1972).



diferentes ao longo de sua trajetória em direção à floresta amazônica no decorrer do século XVII. Nesse processo teria se constituído o povo Tenetehara, que, em boa parte, estabeleceu-se em território de uso dos Pükob, os quais, ao contrário dos outros Timbira¹¹, habitavam em zona de interseção cerrado/ floresta¹².

O encontro entre os povos Jê-Timbira e Tupi-Guarani foi marcado pela extrema belicosidade. Contudo, é necessário tentar penetrar na concepção de cada um dos povos sobre a atividade guerreira e, conseqüentemente, no processo das expansões territoriais.

De acordo com Florestan Fernandes (1970, p. 112-120), a guerra para os Tupinambá, de quem os Tenetehara supostamente descendem, jamais chegou a se concretizar como um *instrumento político* ou *como uma força de expansão do sistema organizatório tribal*, ou seja, estava essencialmente integrada nas estruturas mágico-religiosas. No que diz respeito aos Tupi atuais, o mesmo parece se aplicar à concepção desenvolvida pelos Araweté (VIVEIROS DE CASTRO, 1986).

Certamente, essa é uma visão completamente oposta àquela mantida pelos povos Timbira, dos Pükob em particular, pois é deles de quem se trata. Para estes, a guerra era, afirmativamente, um *instrumento político*, fosse para a ampliação ou para manutenção de seus territórios, como Francisco de Paula Ribeiro (1848) e Nimuendajú (1946) deixam antever e meus dados apontam, senão vejamos.

Wapet, ao comentar, a partir do mito de criação das *nações* Timbira, os motivos das guerras entre seus ancestrais afirma:

"Naquele tempo cada nação (povo Timbira) esqueceu que era parente...e começa a brigar; seja porque um invade, quer terra do outro, seja porque toma mulher do outro...".

Essencialmente guerreiros, os Pükob pareciam conceber a própria existência e reprodução, através de sua expansão organizatória e territorial. Posteriormente, seu campo de luta expandiu-se consideravelmente com o ingresso de novos inimigos invasores, portadores de imensa supremacia bélica: os brancos. Assim, lutando por mais de cinquenta anos em várias frentes simultaneamente, foram obrigados a depor as armas por volta de 1850, o que tornou possível aos colonizadores a fundação do povoado de Santa Tereza de Imperatriz, em 1852 (VELHO, 1972).

Os Tenetehara, por seu turno, apossados pelo contato com os brancos desde praticamente o início da colonização e em grande parte fugindo também dos aldeamentos jesuítas, procuraram abrigo nos sertões do Maranhão, chegando até o Grajaú, no decorrer do século XIX. Entrando, portanto, em território de domínio *tapuia*, como eram chamados os povos de língua travada, os Jê do Maranhão.

Considerando o *ethos* guerreiro Timbira, é provável que os Tenetehara só tenham alcançado sucesso em seu movimento expansionista por terras Timbira devido ao enfraquecimento do exército Pükob. De qualquer modo, diante da nova situação tornava-se urgente redefinir prioridades.

Aos Tenetehara, também fragilizados, interessava, sobretudo, reorganizar a vida, o que só seria possível através da manutenção de paz com os vizinhos guerreiros. O mesmo vale para os Pükob, contudo,

¹¹ Segundo Nimuendajú (1946), os Gaviões do Pará possivelmente se constituíram a partir de uma facção Pükob que, não tendo aceitado o contato com os brancos, migrou para a floresta do Pará, onde permanecem.

¹² E é exatamente por sua localização que os Pükob são denominados pelos Krintatí, seus vizinhos e também Jê-Timbira, como *Irongatyé*, que significa "o povo da mata".